

EMPRESAS NA PESCA E AQUICULTURA: ANOTAÇÕES DO USO DO TERRITÓRIO

Empresas en la pesca y acuicultura: anotaciones del uso del territorio

Enterprises of fishing and aquaculture: note of use of the territory

César Augusto Ávila MARTINS

Professor no Departamento de Geociências da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Mestre em Geografia Humana/USP
Doutorando em Geografia/UFSC
cavilamartins@yahoo.com.br

Resumo: O texto objetiva resgatar a possibilidade analítica apresentada pela elaboração baseada na formação sócio-espacial, apresentando um nexo entre o uso do território e as empresas de pesca e aquicultura no Brasil. Ao apontar alguns limites e possibilidades dos estudos sobre a constituição das redes, discute o papel do Estado na construção do parque industrial pesqueiro brasileiro, encaminhando questões sobre o reordenamento das políticas estatais para o setor na década de 1990 e as estratégias e ações de empresas que fazem parte de grupos econômicos que desenvolvem especialmente a carcinocultura no Nordeste.

Palavras chaves: território; empresa; pesca; aquicultura.

Resumen: El objetivo del texto es rescatar la posibilidad analítica representada por las formulaciones basadas en la formación socio-espacial, demostrando los nexos entre el uso del territorio y las empresas de pesca y acuicultura en Brasil. Al señalar algunos límites y posibilidades de los estudios sobre la conformación de las redes, se discute el papel del Estado en la construcción del parque industrial pesquero brasileño, enfocando cuestiones sobre el reordenamiento de las políticas estatales para el sector en la década de 1990 y las estrategias y acciones de empresas que hacen parte de grupos económicos que desarrollan la carcinocultura, especialmente en el Nordeste de Brasil.

Palabras claves: territorio; empresas; pesca; acuicultura.

Abstract: The text objectifies to retrieve the analytical possibility presented through the elaboration in the socio-spatial formation, presenting a connection between the use of the territory and the enterprises of fishing and aquaculture in Brazil. When pointing some limits and possibilities of studies about the organization of the nets, it discusses the role of the State in the construction of the Brazilian fishing industrial park, posing questions about the reordering of the state politics for the sector in the 90s and the strategies and actions that are part of economical groups that develop specially the crustacean culture in the northeast.

Key words: territory; enterprise; fishing; aquaculture.

Introdução

As investigações sobre o trabalho dos pescadores, dos proprietários de barcos e das fábricas de pescado, bem como dos trabalhadores fabris do setor e as relações entre os diversos agentes e as políticas estatais são relativamente escassas no Brasil.

Ao apontarmos tal situação, não indicamos que seria pertinente a realização de estudos panorâmicos como por exemplo, o de Besançon (1965) que, ao sugerir uma "geografia da pesca", descreve as diferentes formas de organização das pescarias e de processamento do

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 213-223	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

pescado e traça uma linha evolutiva das capturas mais simples ao cultivo do pescado. A análise demonstra as capturas extrativas realizadas de formas mais um menos tecnificadas, baseadas em relações contratuais ou não e encaminha para uma forma mais avançada de produção, caracterizada pelo cultivo, em que o domínio, o controle da reprodução e do crescimento de determinadas espécies em condições artificiais garantem a minimização dos limites dos tempos naturais de cada espécie. Afirmamos, entretanto, com o autor que o entendimento da atividade pesqueira deve considerar o Estado e a concentração de capitais apoiados por bancos (p. 158 e segs.) como centrais para o desvendamento de suas especificidades e articulações com processos sociais e econômicos territorializados.

A última década do século XX demonstrou que, apesar do quase colapso nas capturas de algumas espécies e de insistentes anúncios da necessidade da imposição de cotas de capturas cada vez mais rígidas e, por vezes, declinantes para algumas pescarias (Jackson et alii, 2001; Myers e Worm, 2003), os volumes capturados pela pesca extrativa aumentaram de 12 % entre 1996 e 2000 e representam cerca de 73 % de todas as pescarias. Porém, é a aquicultura que apresentou taxas de crescimento elevadas e aumentou sua participação de doze por cento em 1990 para 27 % do pescado produzido mundialmente em 2000.

A leitura proposta para a chamada atividade pesqueira pretende demonstrar que, além da comprovação ou não de uma visão panorâmica e das previsões de desempenhos positivos ou negativos de uma atividade realizada pelo Homem desde a fase média do Estado selvagem com a "divisão do trabalho absolutamente espontânea" (Engels, 1977) e que, pelo menos desde 2000 a.C na China e 1.900 a.C no Egito, havia práticas que objetivavam a reprodução em cativeiro de espécies aquáticas passíveis do consumo humano, é possível circunscrever uma questão baseada, em no mínimo, três variáveis articuladas: as políticas estatais, a disponibilização e/ou a criação de recursos vivos e a organização empresarial.

Em todas as formações sócio-espaciais com certa organização do aparelho de Estado, a atividade pesqueira, como atividade essencialmente extrativa, é fortemente regulada. Extrativa de recursos vivos, a pesca é dependente de muitas variáveis produzidas socialmente, como derramamento de resíduos, construção de eclusas, intensificação do desmatamento ou uso de equipamentos que intensificam as capturas em determinados períodos do ano. Além disso hoje, é relativamente dependente dos ritmos e de eventos extremos da Natureza como, por exemplo, as alterações nas temperaturas como efeito/causa de fenômenos como El Niño e La Niña ou a maior ou menor precipitação em determinadas estações do ano. É regulada basicamente em dois sentidos: um pelo financiamento de determinados agentes e práticas e outro pela determinação de quem, como, quando e onde pescar. As regulações não estão mais circunscritas apenas com os territórios nacionais, mas envolvem complexas e contraditórias relações pelo direito de uso das águas internacionais, dos mares territoriais de alguns Estados por embarcações de outros Estados e do estabelecimento de cotas e normas de comercialização internacionais.

A fina ironia de Marx (1983: 151), que no século XIX afirmou que ainda não se inventara técnica de pescar onde não há peixes, é em grande medida ajustada à atualidade. Todavia, indica que a pesca como a silvicultura ainda se achavam na fronteira para o avanço das relações capitalistas que encontravam em outros setores da economia maiores possibilidades de reprodução ampliada.

As capturas, além de quintuplicarem no último meio século, demonstram que a aplicação de ciência e técnica nas pescarias, como o uso de equipamentos desenvolvidos para a guerra como sonares, radares e equipamentos de comunicações, utilizados em embarcações de grandes empresas, exponencializou a capacidade de captura, de autonomia e de captura de espécies de grandes profundidades. Sinteticamente, Diegues (1983) demonstrou que, desde o pós-guerra, políticas estatais dos países centrais contribuíram para a concentração e centralização da propriedade no setor. Para Couliou (2001), a alavancagem da atividade atuneira francesa, na costa africana, realizada por armadores da Bretagne-Sud a partir do final da década de 1980 ocorreu com a perda do controle local para grupos financeiros e para firmas do grupo estadunidense Heinz.

Conjuntamente à extração intensa dos pescados, na última década tem sido possível pescar em locais onde naturalmente não existem peixes: empresas seletivizam espécies naturais ou não de determinados ambientes e constroem fazendas de criação. Os territórios criados podem ser

para a engorda ou para a produção de determinadas espécies. Como exemplo do primeiro caso, empresas japonesas montam jaulas no litoral Sul da Espanha para engordar atuns capturados jovens e enfrentam a resistência dos pescadores locais e grupos ambientalistas. Do segundo, são as empresas instaladas, sobretudo no Nordeste brasileiro que, com uso intensivo de ciência e tecnologia, controlam a fase laboratorial, a sanidade, o manejo, a despesca e a comercialização de uma espécie exótica de camarão para o mercado externo e mercados nacionais tipificados. A intensificação do trabalho dessas empresas vem acompanhada de conflitos abertos ou não, com a legitimidade e legalidade do uso de alguns ambientes e com a possibilidade da segregação de populações que viviam secularmente em alguns territórios.

Neste sentido, colocamos a seguinte questão: em que medida as políticas estatais da última década do século XX podem contribuir para uma nova dinâmica da atividade pesqueira no Brasil baseada essencialmente no uso do território por empresas que podem estar organizadas em rede?

Territórios e empresas como possibilidade analítica na formação sócio-espacial

Parte significativa dos estudos recentes balizados pelo conceito de território possuem seu ponto inicial em Souza (1995) que, ao fazer uma trajetória possível do conceito de território para operacionalização de estudos sobre o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, considera o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 97). No entanto, o caminho que estamos trilhando remete para o pequeno resgate anteriormente realizado por Moraes (1984).

Moraes, ao retomar uma elaboração de Ratzel no sentido de que a sociedade, ao se organizar para defender o território, tende a formar o Estado, estabelece o diálogo com a elaboração de Marx para as chamadas formações pré-capitalistas, nas quais a produção do território é definida pelo seu uso. Na análise de diferentes sociedades (Roma, Germânia, Eslavos, Celtas, Ameríndios), demonstra que os diversos usos que elas fazem dos pedaços do planeta transformam-nos em territórios (Marx, 1985). Usos marcados com conflitos e que, mais tardiamente, com a consolidação do Estado moderno permitirão esboçar a abordagem dos diferentes tempos e espaços que se articulam desigual e combinadamente, permitindo compreender a noção dos limites do modo de produção, a “lei da formação econômico-social como lei do desenvolvimento desigual e combinado” (Martins, 1996: 17).

Especificamente na Geografia, Milton Santos vinha delineando desde as décadas de 1970 e 1980 um projeto para compreender a formação sócio-espacial brasileira¹. Recentemente, ao retomar o projeto de reinscrição da formação sócio-espacial no meio técnico-científico-informacional, afirma que a “divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir, das pessoas, das firmas, das instituições” (Santos e Silveira, 2001: 21). Insistimos na relevância dessa abordagem, pois podemos analisar o território como um campo de tensão entre as potências de agentes de forças desiguais, constituídas historicamente, portanto, como território usado.

Neste ensaio, o agente social privilegiado são as empresas de pesca. Com o objetivo de simplificar a exposição, entendemos empresas como sinônimo de firmas/grupos como Gonçalves (1991). Para o autor, não havendo um corpo teórico orientado para a definição de firma e grupo econômico, podemos tratá-los como um “conjunto de firmas, submetidas ao mesmo poder controlador” e como *locus* da acumulação, possuidoras de quatro estratégias centrais: especialização, diversificação, integração vertical e conglomeração.

Pelo menos desde a metade dos anos de 1990, uma parte da literatura vem indicando como uma característica recente dos grupos econômicos a organização em rede. Yeung (1994), ao realizar uma revisão da literatura indica que a interpretação das organizações empresariais como redes é o único meio pelo qual se pode compreendê-las de forma integrada, coordenada, em que as relações são baseadas na confiança e na solidariedade entre os agentes. O autor insiste que, se a realidade das relações é sempre composta por cooperação e competição, é o

¹ Ao menos em textos como *Sociedade e espaço: uma formação social como teoria e método*. In: *Espaço e método*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27; *Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico*. In: *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-60.

poder um elemento central da rede. Poder expresso pelo menos em três formas: determinando e determinado pela participação em mercados, pelas relações com as políticas e políticos como, por exemplo, para garantir algum privilégio e pela densidade e extensão da própria rede. Li (1995), ao identificar que muito raramente a Geografia foi considerada nas análises das redes corporativas em seu estudo de quinze redes de grupos econômicos de diversos setores (indústria, varejo, serviços financeiros e setores públicos), define que o "papel crítico da rede corporativa no processo é solucionar a tensão entre a centralização de poder e a descentralização de responsabilidades e atividades" (p.1638). Ora, Dias (1995) já indicava o processo de emergência do conceito de redes entre os conceitos da Geografia, e alguns manuais de Geografia Econômica analisam que as melhorias dos transportes e comunicações contribuem para que empresas se convertam em empresas-rede e de redes de empresas "especializadas e interdependentes, que estabelecem relações de mercado (compra/venda) ou alheias ao mesmo (intercâmbio de informações, colaboração em projetos ...), objetivando a redução de custos e as vantagens na aglomeração"(Mendez, 1997: 66).

No Brasil, alguns estudos sobre as novas dinâmicas e estruturas do chamado complexo agro-industrial (CAI) tentam demonstrar que haveria um processo de superação dessa organização para "organizações em rede". O estudo de Mazzali (1999) sobre as cadeias de soja/óleo/carnes e da laranja é síntese dessa abordagem, na qual a organização em rede "não conheceria qualquer tipo de fronteira-geografia, setorial ou empresarial" e envolveria "interações sistemáticas que traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos" (p. 156-157). Paulillo (2000), em trabalho sobre o que chama de território citrícola no Estado de São Paulo, demonstra que, após a conclusão da desregulamentação do setor no começo dos anos de 1990, é possível a criação de redes de solidariedade entre os diversos agentes (produtores, associações de produtores, indústrias e instituições estatais e privadas fornecedoras do aparato técnico) que possuam como nó uma câmara territorial que articularia a diversidade de interesses que seria constituída como um espaço interprofissional.

Entendemos que se não é possível compreender as formas, os conteúdos e as relações internas e externas das empresas e suas complexas relações tal como eram antes do aumento e de certa disseminação das facilidades informacionais e das desregulamentações de diferentes aparatos estatais ocorridos pelo menos desde o último quartel, é necessário tomar cuidado para evitar a sedução pela não-historicidade de determinados conceitos, fatos e fenômenos, pela generalização de formulações para estudos específicos e suas desvinculações com as lógicas de funcionamento da economia capitalista territorializada em diferentes formações sócio-espaciais. Neste sentido, são pertinentes as preocupações de Cunha (2003), ao sugerir que a rede não pode ser considerada como novo paradigma para estudos de uma nova fase do capitalismo, pois ela é apenas uma das diversas formas de interação. São razões históricas específicas que podem ou não favorecer sua organização e a centralização ou não em torno de um agente na rede. A rede pode ser uma ferramenta analítica que "tem como prescrições específicas em termos dos fenômenos que é capaz de exprimir com vantagens sobre a análise de cadeias baseada nos custos de transação" (p. 11).

Acrescentamos duas outras limitações: a fraca imbricação da História com a formação sócio-espacial e a história dos agentes constituintes da rede que, em se tratando de empresas em suas metamorfoses, são resultado do enfrentamento intercapitalista e entre o capital e o trabalho.

A leitura da atividade pesqueira deve incluir a análise de como determinados agentes sociais são produtores e se reproduzem territorialmente.

Organização empresarial do setor industrial pesqueiro brasileiro: anotações iniciais sobre o uso do território

Admite-se a inexistência de estudos sistemáticos sobre a história da indústria da pesca no Brasil. Essa lacuna pode ser considerada como fundamental para que os poucos estudos relevantes sobre o setor como o realizado por Giulietti e Assumpção (1995) considerem acertadamente seu desenvolvimento muito articulado com políticas estatais, porém equivoquem-se em considerar que, até a década de 1910 a indústria da pesca brasileira, estava somente vinculada à pesca da baleia e que seria alavancada com a política de subsídios e isenções fiscais do Decreto

221/1967, cujo objetivo central era transformar a atividade em indústria de base e fazer emergir e consolidar um conjunto de empresários que desenvolveriam suas atividades com relações cada vez mais formalizadas e com modernos instrumentos de trabalho desde a extração até a comercialização.

Dada a diversidade e inconstância dos dados da atividade pesqueira, bem como os limites da pesquisa e desta exposição inicial, apresentaremos a imbricação entre o território e a organização das empresas em dois momentos da história brasileira: o primeiro, representado pelo crescimento exponencial da indústria de conservas de sardinha entre o final da década de 1960 e os anos de 1980, com a atual concentração em um pequeno número de empresas; e o segundo, marcado pelo desenvolvimento da aquíicultura na década de 1990.

Apesar das precariedades, os Censos Industriais de 1907 e de 1919 indicavam a exportação para os mercados internos e externos de pescado salgado de diversos portos brasileiros e da existência de indústrias de conservas de peixes no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Distrito Federal e em São Paulo.

Na década de 1930, são fundadas duas empresas em São Gonçalo/RJ que ainda hoje enlatam pescado: em 1934, a Rubi, atualmente empresa do grupo Tecplan de São Paulo/SP e a Coqueiro fundada em 1937. Esta foi adquirida em 1973 pela Quaker Oats dos Estados Unidos e desde novembro de 2002 é integrante do grupo Pepsico². Ambas localizadas junto à Baía da Guanabara que se constituía em território de trabalho de pescadores que produziam uma das fontes de matéria-prima (a sardinha) dessas indústrias. A sardinha, capturada pelo menos desde a década de 1910 por pescadores portugueses e espanhóis, pode ser considerada, desde a pesca colonial de baleias, a primeira espécie capturada em ritmo fabril no Brasil, a qual se constituiria numa das bases do crescimento do parque industrial pesqueiro implantado com o Decreto 221/1967.

O Cadastro Industrial do IBGE publicado na década de 1960 reflete a condição do setor de industrialização de conservas de sardinhas anterior aos resultados das políticas estatais pós-1967. Apresenta 22 empresas no setor: dez no Rio de Janeiro, seis em Santa Catarina, uma no Paraná e cinco em São Paulo. São empresas nacionais caracterizadas por gestões familiares, concentrando praticamente todas as suas atividades na industrialização (são raros os casos de tentativas de verticalização no sentido de, por exemplo, montar frotas de embarcações) e que, dada a escassez de meios técnicos eram muito dependentes do ritmo naturais das capturas, pois em 1968 das 141.055 embarcações registradas no Brasil somente 7.438 eram motorizadas.

Até o começo dos anos de 1970, não encontramos registros de articulações corporativas intra e extra-empresa e há uma escassa rede de relações com as esferas do poder estatal. A leitura dos documentos arquivados em Juntas Comerciais estaduais e entrevistas com diretores e ex-diretores de algumas empresas indicaram que cada uma estabelecia suas estratégias e realiza sua produção de acordo com as possibilidades racionalizadas pelos seus núcleos diretivos.

Consideramos como Diegues (1983) e Abdallah (1998) que o Decreto 221/67 é um marco inflexivo no setor pesqueiro nacional como uma forma de modernização. Do ponto de vista dos incrementos produtivos houve saltos: as capturas passam de 377.008 toneladas em 1964 para 815.720 toneladas em 1974, chegando a 971.537 toneladas em 1984; o número de fábricas que enlatam pescado sobe das 22 empresas de 1965 para quarenta em 1976 (dezesseis no Rio de Janeiro, onze em São Paulo, oito no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina); o consumo aparente de pescado duplica entre 1964 e 1984; o saldo da balança comercial do setor de pescado torna-se positivo; são instalados cursos superiores e instituições de pesquisa voltados para o estudo dos ambientes aquáticos e para a criação de tecnologias de pesca e industrialização de pescado; são criadas e impostas normas de sanidade para a produção e consumo de pescado. Somados a esses resultados, Diegues (1983) indica que, além do comprometimento de várias espécies pela intensificação das capturas, a negligência com a pesca artesanal, mais do que comprometer estoques, desestruturou o modo de vida de muitas

² A aquisição realizada pela Quaker ocorre num período em que inicia o declínio da prosperidade pós-1945. A luta entre os grandes grupos econômicos contra o esgotamento dos mercados e as lutas dos trabalhadores conduziram à queda na taxa de lucro nos países centrais. A partir da segunda metade dos anos de 1960, uma das alternativas foram os investimentos no exterior e a procura de uma certa diferenciação em novos mercados (Beaud, 1994).

localidades. Cardoso (2001) demonstra que, passadas mais de três décadas de um modelo de modernização que privilegiava, sobretudo os agentes hegemônicos do setor, em diversos pontos do Brasil, os pescadores artesanais se articulam para resistir e apresentar propostas de suas territorialidades, marcadas pela utilização de instrumentos simples de trabalho que, ao garantir sua reprodução simples, também podem produzir pescado de qualidade para diferentes mercados e colaborar na manutenção de determinados estoques³.

Os dados sobre a liberação de recursos entre o ano de 1967 e 1973 (período de liberação de 65 % do volume de recursos liberados entre 1967 e 1986) indicam que 137 empresas de todo o Brasil receberam Cr\$ 629.530.369,82, enquanto o patrimônio líquido total das 35 maiores empresas do setor de pescada (pesca e industrialização) era de Cr\$ 631.414.000,00⁴. Ou seja, a constituição do parque industrial brasileiro contou com o trabalho de pescadores, empresários e trabalhadores fabris para demonstrar a vida dos recursos distribuídos desigualmente no território, é também resultado de uma planejada ação estatal e foi brevemente mediada pela constituição em 1972 por entidade corporativa do empresariado do setor, a Associação Nacional de Empresas de Pesca- ANEPE, que segundo um ex-diretor: “depois de 1975-76, quando os recursos da SUDEPE começara a escassear e vimos que muitos projetos eram somente para pegar o dinheiro, a entidade foi-se esvaziando”⁵.

O modelo implantado e executado entre o final dos anos de 1960 e a metade da década de 1980 contribuiu para a criação de um dos maiores parques industriais do mundo: em 1973, 95 % da capacidade industrial de produção de 1.670.000 latas/dia estava distribuída em dezesseis enlatadoras de sardinha no Brasil. O esgotamento do modelo adotado redefiniu a organização empresarial e territorial do setor com o fechamento de inúmeras firmas e com a desestruturação de grandes parques fabris assentados na dependência de matéria-prima insuficiente para seu abastecimento, na proteção das importações e nas facilidades de acessar recursos estatais⁶. Atualmente a Quaker, a GDC e a FEMEPE detêm cerca de 78 % dos valores comercializados do mercado brasileiro de pescada enlatado⁷.

A retirada dos recursos estatais, a extinção da SUDEPE em 1989, a passagem de suas delegações para o IBAMA, órgão com características mais conservacionistas do que fomentadoras de atividades produtivas, e a abertura do mercado brasileiro para produtos pesqueiros de outros países abrem uma lacuna para os representantes de um setor umbilicalmente vinculado a políticas estatais. A desestruturação do aparato estatal inviabilizou inclusive, durante quase uma década, a coleta sistemática de dados do setor. Somente em 1998 o governo federal, com a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura no Ministério da Agricultura (DPA/MAPA),

³ Talvez o exemplo mais recente seja o estabelecimento de parcerias dos coletores/produtores de bivalvos organizados em cooperativas no litoral paulista para abastecimento da rede de supermercados Pão de Açúcar.

⁴ Visão - quem é quem na economia brasileira. São Paulo, 1973; Anuário da Pesca. São Paulo, 1974. A Coqueiro, no começo dos anos de 1970, era administrada por um banco representante de um *pool* de credores. A aquisição da Coqueiro pela Quaker ocorreu no período de maior liberação de recursos estatais. A empresa conseguiu liberar 99,97 % de suas solicitações e foi a oitava beneficiada entre as 137 empresas solicitantes.

⁵ Entrevistado solicitou não ser identificado (Niterói/RJ, outubro de 2002). Uma avaliação do Decreto 221/67 indicou que dos 137, projetos aprovados, 21 nem chegaram a fazer uso dos incentivos, 52 deixaram de obter liberações e dos 64 restantes, a maioria apresentava situação precária” (IPEA/COMIF, 1986). Em 1974 o governo federal, o Fiset/Pesca (Fundo de Desenvolvimento Setorial/Pesca) para tentar corrigir os erros e desvios na política adotada. A ANEPE foi substituída por entidades de existência efêmera a partir da metade dos anos de 1980. Em 1999, foi criado o Conselho Nacional de Pesca Empresarial que, no mesmo ano, teve seus estatutos alterados para contemplar as empresas de aqüicultura, constituindo o Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura. A direção eleita em 2003 espelha a atual organização do setor pesqueiro brasileiro: um representante de uma grande indústria enlatadora (Gomes da Costa- GDC), um dos armadores de pesca do Nordeste e um de uma empresa que também realiza cultivo (Bahia Pesca).

⁶ Em Rio Grande/RS, das 35 empresas de pescada da década de 1970, restavam apenas seis operando legal e constantemente no começo desta década. O complexo fabril pesqueiro instalado entre Niterói/São Gonçalo/Rio de Janeiro que foi composto por 25 empresas em 1976 está reduzido para um número que varia entre oito e dez empresas.

⁷ AC Nielsen, *Tendências do mercado brasileiro*. Cotia, 2002.

reinicia a atuação sistemática no setor baseada em dois pressupostos: o incentivo às pescarias de alto mar com a flexibilização de contratos de arrendamento de embarcações estrangeiras por parte de empresas nacionais e da aquicultura⁸. Por outro lado, o governo federal, colocou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como importante financiador estatal do setor pesqueiro e indica a pertinência da análise que estamos elaborando. O volume de recursos liberados pelo BNDES durante na primeira metade da década de 90 demonstra a eficácia dos agentes do setor de cultivo em captar recursos que permitiram implantar a infraestrutura produtiva (tabela 1).

TABELA 1- Desembolso para o complexo pesca – 1990/1995 (mil dólares)

Complexo Pesca	1990-1995	1996-2000
Pesca	136	5.988
Aquicultura	15.472	27.487
Indústria da pesca	12.830	14.605

Fonte: Elaboração do autor com base no banco de dados do BNDES.

A reorganização da entidade representativa do empresariado, os investimentos de grupos internacionais em empresas de enlatamento (Quaker/Pepsico na Coqueiro e investidores como a TCW/GDC Associates, Dislupa e Valle Miranda S/A na GDC), a liberação de arrendamentos de embarcações estrangeiras por parte de empresas brasileiras para atuar sobretudo sobre os novos estoques de alto-mar e algumas restrições ambientais que levam o poder judiciário a impedir a liberação de fazendas de cultivo em muitos Estados contribuem para que os setores de pesca e industrialização aumentem a captação de recursos.

Um dos resultados imediatos dessa política de financiamento foi que, mesmo com o aumento das 632.451 toneladas de pescado capturadas extrativamente em 1996 para 666.846 toneladas em 2000, a sua participação relativa na produção de pescado cai de 91,2 % em 1996 para 79,1 % em 2000. A aquicultura triplicou sua produção, chegando a 176.530 toneladas em 2000, representativas de 20,9 % do total do volume total de pescado produzido no Brasil.

A inexistência de dados sistematizados da produção dos estados impede a demonstração de quais cultivos estaduais apresentaram maiores crescimentos. Dispomos apenas de informações do ano de 2000 que, combinadas com a decomposição dos dados sobre o financiamento, permitem refletir sobre como o território pode estar sendo usado por um novo agente formado por diversas empresas criadas recentemente e marcadas pela tendência em se constituírem como diversificação de capitais e investidoras na aquicultura de cultivo e que, após experiências de quase uma década, seletivizaram uma espécie de camarão do Pacífico (o *Latopenaeus vannamei*). Instaladas no Nordeste, produzem cerca de 97 % do camarão cultivado no Brasil e exportam 80 % de sua produção para o mercado externo.

Consideramos as empresas de aquicultura como um novo agente no setor em relação à manutenção de empresas, fundadas há várias décadas para serem empresas de pesca, remanescentes do período anterior e produtoras essencialmente de sardinhas em lata que resistem à queda das capturas e às oscilações cambiais que em diversos momentos inviabilizaram a importação. O recurso essencial da indústria sardineira (a *sardinela brasilienses*, conhecida como sardinha verdadeira), insumo que chega a representar 50 % do custo final da mercadoria, sofreu significativas quedas nas capturas nas últimas décadas: as médias anuais de cerca de 141.900 toneladas no período 1969-1986 caíram para cerca de 25.000 toneladas em 1999 e

⁸ A política de liberações de embarcações por parte do DPA/MAPA foi revista pelo governo Lula. Uma das primeiras medidas da recém criada SEAP (Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca) foi a revisão de contratos e a suspensão dos pedidos de liberação. Entre o empresariado do setor e seus órgãos representativos também havia e há posições divergentes sobre o tema. Como por exemplo, veja-se que, na eleição de novembro de 2001 para o Sindicato da Indústria da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI), um dos temas centrais em debate era a concessão de licença para a atuação de embarcações estrangeiras. A chapa vencedora presidida pelo sr. Antônio Carlos Monn, afirmou que, “estamos prontos para continuar na vanguarda das mudanças e na defesa do setor pesqueiro nacional” (Revista do SINDIPI, ano I, n. 3, dezembro de 2002).

18.000 toneladas em 2000. No Brasil, existe um parque industrial com capacidade de enlatar aproximadamente 2.800.000 latas/dia⁹. E no setor não há somente algumas pequenas empresas e mais antigas, como a Rubi, a Atlantic, a Piracema e a Santa Iria. Há empresas como a Coqueiro que pertence ao grupo Pepsico. Quando a Pepsico, interessada em um produto do portfólio da Quaker- o Gatorade, comprou todo o grupo não havia interesse em manter a fábrica de pescado de São Gonçalo. Porém, a fábrica não foi somente mantida, mas há indicações de investimentos e reforço da marca de Coqueiro de sardinhas e atuns enlatados junto com carros-chefe do grupo como a Elma Chips.

Esse novo agente se ajusta com um projeto de modernização do setor cujo objetivo combina a ampliação das capturas de alto-mar, especialmente de atuns e afins de largas possibilidades de comercialização no mercado externo, com um novo destino para os resíduos produzidos nas indústrias pesqueiras ou mesmo de espécies pescadas extrativamente e consideradas de menor qualidade: a produção de rações para o abastecimento das fazendas de cultivo (a produção de ração para cultivo de pescado subiu de 600 toneladas em 1992 para 35.000 toneladas em 2000).

A indicação de uma articulação que permite compreender a força do novo projeto, pode ser exemplificada no Prêmio Jovem Cientista de 1999. Na categoria graduado, foram premiados um estudo sobre uma das espécies de atum (o chamado bonito listrado - *katsuwonus pelamis*) mais utilizada pela indústria conserveira e dois trabalhos sobre cultivo de camarões e mexilhões. Na categoria estudante, o concurso contemplou um trabalho sobre a pesca de espinhel para atuns e espadartes no Nordeste, um sobre cultivo de camarão e outro que versa sobre a possibilidade do uso de uma espécie de pescada (*macrodon ancylodon*) para a produção de surumi.

O significado das empresas de cultivo começa a ser identificado quando, em 1991, uma empresa de cultivo, a Maricultura da Bahia, figura entre as 46 maiores empresas do setor de pescado do balanço da Gazeta Mercantil. Entre os anos de 1996 e 1999, apenas uma empresa de aqüicultura é citada anualmente no referido balanço. Por outro lado, no balanço de 2001, das 22 maiores empresas do setor, oito são aqüicultoras de camarões (Valença Maricultura/BA, Bramex/PE, Cina /CE, Aquamaris/PB, Artemisa/CE, Netuno/PE, Bahia Pesca/BA e CPA Piauiense/PI) e uma (Ipecea/CE) estabeleceu contrato de arrendamento, a Cina do Ceará.

Sinteticamente podemos afirmar que esses novos agentes possuem sua capacidade organizativa em três níveis:

1. são, essencialmente, firmas que fazem parte de grupos econômicos de dentro ou de fora do setor que, usando da estratégia da conglomeração (dispersão para setores com pouca ou nenhuma conexão), combinam a especialização de algumas firmas com múltiplas localizações. Citamos quatro exemplos: a Bramex S/A, sediada em Recife/PE, faz parte do grupo pernambucano Fernandes Vieira controlador de dezenove empresas dos setores de saúde, agronegócios e transporte. Entre essas empresas está a Atlantis Aqüicultura que possui unidade de larvicultura, fábrica e uma fazenda na Ilha do Tiriri em Goiânia/PE; a MPE Agronegócios, criada em 2001 com sede no Rio de Janeiro/RJ, controla a Agromon S/A, a Carroll's Food do Brasil S/A, a Maricultura Brasil S/A e a Valença da Bahia Maricultura S. A. Esta controla fazendas no Sul da Bahia e projeta a produção de tilápias em consórcio com produtores estadunidenses em Paulo Afonso/BA; o Grupo Netuno, criado em 1989 em Recife/PE, para a importação e comercialização de pescado. Este grupo, desde 1998 diversifica as atividades, com estabelecimento de contratos com 450 barcos lagosteiros e 150 produtores de camarão. Em 1999, estabeleceu parceria com o Frigorífico Litoral Pescados do Maranhão para exportação de pescados e, em 2001, arrendou as instalações da Pescal de Rio Grande/RS (uma das três maiores empresas do setor no início da década de 90 cujas atividades encerraram em setembro de 1998)

⁹ Considerando apenas a capacidade produtiva (latas/dia) instalada existe a seguinte distribuição entre as empresas: Quaker em São Gonçalo/RJ(1.000.000/dia); GDC em Itajai/SC (900.000/dia); FEMEPE em Navegantes/SC (600.000/dia); Rubi em São Gonçalo/RJ (120.000/dia); Piracema em São Gonçalo/RJ (90.000/dia); Santa Iria em Niterói/RJ (70.000 dia). Desde o ano de 2001, as empresas Atlantic (Niterói/RJ) e Sul Atlântico (São Gonçalo/RJ) envolvidas com problemas com órgãos ambientais e econômico-financeiros não operam permanentemente.

e obteve empréstimos de R\$ 3,8 milhões do BNDES; o Grupo E.Vieira; com investimentos em comércio atacadista, em laticínios e terminais portuários nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, controla a Aquática Maricultura do Brasil que, em junho 2002 recebeu R\$ 9,8 milhões do BNDES. A Aquática, administra uma fazenda em Porto do Mangue/RN e em parceria com a Zeigler Bros. Inc. (EUA) produz rações na fábrica localizada em Pendências/RN.

2. apresentam forte capacidade para estabelecer relações:

2.1. com o aparato estatal: para evitar problemas como aqueles apontados por IPEA/COMIF (1986), foram constituídas várias firmas especializadas na montagem e implementação de projetos, bem como na assessoria de negociações. Além de uma série de incentivos e isenções estaduais, elas garantem a supremacia dos recursos desembolsados pelo BNDES para o setor no complexo pesca. Observada a divisão macro-regional do Brasil, constata-se que as empresas da região Nordeste captaram entre 1996-2000, 67,8 % do total dos recursos do BNDES e que os agentes do setor instalados no estado do Ceará e de Pernambuco obtiveram, respectivamente, 29,2 e 22,0 % dos recursos totais;

2.2. com instituições de pesquisa: além de garantirem força de trabalho qualificada, mantêm intenso fluxo de informações. Como, por exemplo, por meio da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), empresas como a Artemisia e COMPENSAL são parceiras do Grupo de Estudos do Camarão Marinho do LABOMAR da Universidade Federal do Ceará. Assim, garantem padrões considerados de excelência com as regulações sanitárias e ambientais internas e externas. A opção em produzir uma mercadoria extremamente perecível, que é exportada congelada ou fresca para o mercado externo, exige que as empresas realizem gastos e investimentos na sanidade. A minimização dos custos pode ser alcançada com constantes aumentos de produtividade (de 1,0 mil kg/hectare em 1997 para 5,4 mil kgs/hectare), com a intensificação do uso da força de trabalho e a utilização de terras de baixo preço. A expansão das áreas de cultivo com alta produtividade e as agressivas estratégias no mercado internacional vêm reduzindo o preço médio do camarão. Como um primeiro sinal das limitações desenhadas, as empresas brasileiras em 2003 devem enfrentar uma petição formal de ação *anti-duping* dos pescadores de camarão estadunidenses junto ao Ministério do Comércio dos Estados Unidos;

3. intensos fluxos materiais e não materiais para a realização do processo produtivo. Depois de cerca de dez anos para a escolha de uma espécie mais rentável, essas empresas conseguem realizar três despesas anuais, acelerando o ritmo de reprodução dos capitais investidos. A integração entre laboratórios, produção de rações, estratégias e controle de parâmetros durante o cultivo (tratamento do solo dos viveiros, berçários intensivos, berçários secundários, utilização de bandejas fixas para alimentação e areação artificial), a despesa, o processamento e os despachos para comercialização envolvem não somente deslocamentos materiais mas, sobretudo, de informações e ordens entre os pontos que constituem a rede da empresa.

A manutenção de empresas conserveiras com distintas tipologias, tributárias da intervenção estatal da década de 1960, articuladas com as atividades das empresas de cultivo e consolidadas nos anos de 1990, são indicativos da combinação de desigualdades demonstrativas do uso do território na consolidação do poder dos agentes hegemônicos.

Conclusão

A temática está em constante interação com a emergência e a interação de conceitos e de ferramentas analíticas. Procuramos demonstrar que a existência de lacunas em estudos sobre a atividade pesqueira não impede que eles sejam realizados e a reconstrução de sua história pode contribuir para reflexão sobre o uso atual do território. O uso atual que no setor pesqueiro terá novamente como um agente central, o aparelho de Estado, não somente como financiador através do BNDES e de algumas iniciativas estaduais, mas com formatação de mediador e regulador de ações e estratégias com nome e endereço definido: a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Brasília.

O ensaio foi apresentado como um momento do movimento de estruturação de uma

pesquisa. Assim, consideramos que está em curso uma profunda transformação no uso e dos abusos do território (instigante metáfora usada por SOUZA et alii, 2003) e apresentamos quatro questões que podem conduzir a investigações futuras:

1. os novos agentes podem ser considerados como um novo poder nas relações intra e extra setoriais?
2. quais as conseqüências sobre a organização territorial pré-existente na intensificação da especialização produtiva?
3. quais os conteúdos para os outros agentes sociais e a natureza artificializada das estratégias e ações no uso do território?
4. há pertinência na realização de estudos dos novos usos do território por firmas/empresas de cultivo em diálogo com as teorizações sobre a estruturação de empresas-rede ou rede de empresas?

Bibliografia

- ABDALLAH, P. R. *Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1998. 137 p. (Tese, doutorado em Economia).
- BEAUD, M. *História do capitalismo: de 1500 até nossos dias*. Brasiliense: S.Paulo, 1999. 408 p.
- BESANÇON, J. *Geographie de la pêche*. Paris: Gallimard, 1965. 523 p.
- CARDOSO, E S. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. S.Paulo: FFLCH/USP, 2001. 149 p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Física).
- COULIOU, Jean-Pierre. Le développement international d'une activité de production á ancrage local, l'exemple de la pêche thonière tropicale française. *Annales de Géographie*, Paris, n. 617, p.38-56, jan.-feb 2001.
- CUNHA, Altivo R. de A. A. *Um novo enredo para uma velha história? Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar*. B.Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003. 13 p. (texto para discussão, 187).
- DIAS, L. C. D. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E. et alii. *Geografia: conceito e temas*. R.Janeiro: Bertand, 1996, p. 141/162.
- DIEGUES A. C. S. *Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar*. S. Paulo: Ática, 1983. 247 p.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 215 p.
- FAO. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura*. Roma: diversos anos.
- GIULIETTI, N. e ASSUMPÇÃO, R. Indústria pesqueira no Brasil. *Agricultura em S.Paulo*, S.Paulo, v. 42, n. 1, p. 95-127, 1995.
- GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, R.Janeiro, v. 45, n. 4, p.491-518, out. 1991.
- IBAMA. *Estatísticas da pesca: grandes regiões e unidades da federação*. Tamararé: MMA/IBAMA, julho de 2002.
- IPEA/COMIF. *Relatório de avaliação dos incentivos fiscais regidos pelo decreto-lei n. 1376 (12/12/74)*. Brasília: IPEA, 1986.
- JACKSON, J. B. C. et alii. Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. *Science*, v. 293, p. 629-638, July 2001.
- LI, F. Corporate network and the spatial and functional reorganizations of large firms. *Environment and Planning*, vol. 27, p. 1627-1645, 1995.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. S.Paulo: HUCITEC, 1996, p. 14-23.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. R.Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, K. *O Capital: Vol. 1*. S. Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p.
- MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. S.Paulo: EDUNESP, 2000. 175 p.
- MÉNDEZ, R. *Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997. 384 p.
- MORAES, A. C. R. O que é território? *Orientação*, S.Paulo, n. 5, p. 91, 1984.
- MYERS R. A., WORM, B. Rapid worldwide depletion of predatory fish communities. *Nature*, 423, p. 280-283, May 2003

- PAULILLO, *Redes de poder & territórios produtivos*. S.Carlos: RIMA/EDUFSCAR, 2000. 189 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. R.Janeiro/S.Paulo: Record, 2001. 174 p.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.
- SOUZA, M. A. A. (org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas. Edições Territorial, 2003. 610 p.
- SOUZA, M. J.L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. et alii. *Geografia: conceito e temas*. R.Janeiro: Bertand, 1996, p. 77/116.
- YEUNG, Henri Wai-Chung. Critical reviews of geographical perspectives on business organizations and organization of production: towards a network approach. *Progress in Human Geography*, n. 18 (4), p. 460-490, 1994.

